



A mãe carinhosa: uma antropologia da economia-política das emoções

*The loving mother:
an anthropology of the political economy of emotions*

Rosamaria Giatti Carneiro

Sonia Weidner Maluf

Recebido: 14/02/2022

Aceitaram: 28/10/2022

ABSTRATO

Este artigo se debruça sobre os desenhos da figura da mãe carinhosa na contemporaneidade. Para isso, analisamos as narrativas de duas gerações de mulheres de uma mesma família: a de mães (1940-1950) e a de suas filhas (1970-1980) depois que se tornaram mães. As conversas em profundidade com mulheres de diferentes regiões e de classe social no Brasil às voltas com suas experiências de gestação, parto e maternagem, aconteceram entre 2020 e 2021. Diante da insistência da noção de carinho por elas propalada, reivindicada e também lamentada em campo, nos pareceu interessante investir em sua descrição a fim de apontar para sua pluralidade e porosidade. Nesse encaixe, ao constatarmos que os contornos da *mãe carinhosa* são oferecidos por uma gama de discursos e de práticas postas para muito além do mundo privado e de uma lógica familista, sugerimos que sua produção se dá por “uma economia política das emoções”. Economia essa aliada aos projetos de Estado e ao neoliberalismo, que dependem da figura materna para sua sustentação, ainda que de modos travestidos de amorosidade e renda psíquica. Constatou-se que as gramáticas emocionais que informam a figura materna nas últimas quatro décadas são atravessadas no Brasil por raça/cor; classe social; gênero e geração; dando assim ideias plurais de raiva e de afeto, bem como de maternagens, aqui tomadas como ação, como verbo, e não como uma instituição.

Palabras chave: *maternagens, gênero, gerações, antropología, Estado, emoções*

Rosamaria Giatti Carneiro é Professora Associada II do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (Brasil). Contacto: rosacarneiro@unb.br, ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1271-7645>

Sonia Weidner Maluf é Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Contacto: soniamaluf@gmail.com, ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9222-4348>

Como citar este artigo: Giatti Carneiro, Rosamaria & Weidner Maluf, Sonia (2023). A mãe carinhosa: uma antropologia da economia-política das emoções. *Atlânticas. Revista Internacional de Estudos Feministas*, 8 (1), 259-294. doi: <https://dx.doi.org/10.17979/arief.2023.8.1.8965>

ABSTRACT

This article focuses on the drawings of the figure of the affectionate mother in contemporary times. For this, we analyzed the narratives of two generations of women from the same family: that of mothers (1940-1950) and that of their daughters (1970-1980) after they became mothers. The in-depth conversations with women from different regions and social classes in Brazil, dealing with their experiences of pregnancy, childbirth and motherhood, took place between 2020 and 2021. , it seemed interesting to invest in its description in order to point out its plurality and porosity. In this pursuit, when we see that the contours of the caring mother are offered by a range of discourses and practices that go far beyond the private world and a familist logic, we suggest that its production takes place through “a political economy of emotions”. This economy is allied to State projects and neoliberalism, which depend on the mother figure for their sustenance, albeit in ways disguised as amorousness and psychic income. It was found that the emotional grammars that inform the mother figure in the last four decades are crossed in Brazil by race/color; social class; gender and generation; thus giving plural ideas of anger and affection, as well as mothering, here taken as an action, as a verb, and not as an institution.

Keywords: mothering, gender, ageing, anthropology, State, emotions

1. INTRODUÇÃO: DAS ORIGENS

Este artigo nasce de uma pesquisa em que o objetivo central era descrever as transformações familiares e das relações de parentesco entre mães e filhas, a partir do momento em que a filha se torna mãe e a mãe, por consequência, se torna avó.¹ Para tanto, Rosamaria, que conduziu a pesquisa de campo, buscou reconstituir trajetórias gestacionais, experiências de parto e modelos de maternagem², mediante a realização de entrevistas em profundidade, conversas abertas e diálogos curtos, porém constantes e repetitivos, por meio das redes sociais e de tecnologias de aproximação em geral, durante o ano de 2020 e primeiros seis meses de 2021. Foram escutadas mulheres de diferentes regiões e contextos sociais do país. Por vezes, chegou-se às memórias de suas avós, uma geração a mais e que, a princípio, não se pensava explorar.

Tomando sua maternidade como ponto de partida, problematizamos noções como “posicionamento geracional” e “conexão geracional” (Mannheim, 1952); seus conflitos; linhas de continuidade e de “autonomização familiar” (Myrian Lins de Barros, 1986; Duarte, 2011; Maria Isabel Mendes de Almeida, 1984). E assim o ato de maternar foi tomado como o núcleo descritivo de suas emoções, corporalidades, ideários sociais de mulher e de maternidade na sociedade brasileira, bem como dos modelos de família e dos tempos em que viveram. Mas, sobremaneira, das relações estabelecidas entre mulheres de diferentes gerações de uma mesma família.

Nos demos conta, depois de alguns meses, de que se a pesquisa se encontrava situada no campo dos estudos sobre família, era também atravessada por

¹ Pesquisa realizada por Rosamaria Giatti Carneiro durante o seu pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), sob a supervisão da Professora Doutora Sônia Weidner Maluf, durante os anos de 2020 e 2021.

² Maternagem será tomada neste artigo como sinônimo de *mothering*, pensada e teorizada pela antropóloga canadense Michele Walks (2011), com o objetivo de pensar a maternidade como um ato e como uma ação, ao invés de algo estanque e institucionalmente definido. No campo da teoria feminista, o conceito de *mothering* (maternagem) foi utilizado como alternativa ao de *motherhood* (maternidade), como modo de pensar a relação de cuidado para além do vínculo biológico entre mãe e filho(a). Uma das primeiras autoras feministas a problematizar essa questão, tomando como foco a relação mãe-filha, foi Nancy Chodorow, em seu clássico trabalho *The reproduction of mothering*, de 1978.

debates a respeito de práticas de Estado, tecnologias de governo e suas racionalidades. A economia e a política tornaram-se, portanto, campos a serem pensados e perscrutados como produtores do que chamaremos de “racionalidades maternas” e de “gramáticas emocionais de carinho”. Para tal percepção, a reflexão foucaultiana sobre o “neoliberalismo americano” (2010), bem como a leitura mais atual de Nancy Fraser (2020) sobre o cuidado e o neoliberalismo foram basilares; assim como os escritos da filósofa Silvia Federici (2018) sobre o “trabalho afetivo”.

No campo da antropologia, estudos sobre gerações de mulheres de uma mesma família, produzidos sobretudo nos anos de 1980 e marcadamente por mulheres, foram igualmente importantes para nos ajudar a decifrar o material narrativo encontrado durante a pesquisa de campo em 2020 e 2021. Entre elas, citamos especialmente Maria Isabel Mendes de Almeida (1984); Myriam Lins de Barros (1987) e Maria das Dores Machado (2009), cujos trabalhos operaram tanto como teoria sócio-antropológica para a comparação e interpretação, como quanto arquivo histórico para a extensão comparativa temporal do encontrado nas investidas de campo.

No entanto, a ideia central deste artigo surgiu a partir das narrativas das mulheres sobre suas experiências de maternagem, principalmente em torno da configuração da pessoa da “mãe carinhosa”. Essa figura circulou por muitas das “estórias”³ (Suely Kofes, 1994; Vania Cardoso, 2007; 2012) contadas com

³ Ao longo do artigo, empregar-se-á o termo estória ao invés de histórias quando vierem à tona as palavras e narrativas das mulheres escutadas ao longo desta pesquisa. O intuito é tomar a estória como o que é produzido na casa, no interior, a partir de seus corpos, de suas cozinhas e de suas práticas e experiências corporais de gestação, parto, pós-parto e maternagem. Mas não como o que carrega o signo da anedota, do conto de fadas ou da ficção e sim como um discurso de dentro, muitas vezes, avesso ao status quo ou a história oficial, misógina e patriarcal; mas tão importante e valioso quanto o considerado “oficial”. Seria então um discurso outro – o do doméstico – mas nesse caso tomado com o mesmo peso do que seria o discurso do “mundo real” ou do “não ficcional”. Trata-se assim de uma tentativa epistemológica, mas também política de legitimar os saberes da casa e das mulheres em experiências de maternagem, muitas vezes consideradas como da ordem do íntimo e do menor. Para essa aposta de escrita, mas também teórica, destaca-se o pontuado por Suely Kofes (1994) como inspiração: “(...) em minha análise estarei me referindo a “estórias de vida” e ainda assim no sentido preciso de que se trata: 1o) de relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor 2o) de um material restrito à situação de entrevista. Isto é, estarei considerando apenas o que foi narrado ao pesquisador pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes; 3o) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia” (1994, p.118). E ainda, “as estórias de vida estarão sendo

semânticas diferentes e oscilantes, mas com sentidos que somente podemos depreender através da intergeracionalidade e das relações estabelecidas entre mães-filhas. É então sobre essa figura que nos debruçaremos nessa ocasião; sobre a sua constituição, a partir das relações entre gerações e de suas experiências concretas de vida em meio aos modelos econômicos e estatais que lhes informam sobre seus lugares, papéis e tempos. Ela aparece como o resultado de uma “economia-política das emoções”, agenciada pelas mães e sobre as mães a todo momento, na medida que têm suas práticas emocionais atravessadas e modeladas por interesses políticos e econômicos datados e que são postos acima de suas ações; que as produzem, mas que também delas dependem – a um só tempo. Nesse sentido, antes de ser um pressuposto, a ideia de uma “economia política das emoções” será neste artigo detalhada a partir do narrado pelas mães e pelo descrito por profissionais de saúde, teóricas feministas, dos estudos de gênero e do campo da política que têm tematizado o trabalho do cuidado e as gerações.

Serão abordadas narrativas de dois grupos de mulheres: o da “geração intermediária” ou “geração de mães”, constituído por mulheres que tiveram filhas entre aos anos de 1970 e 1980 e o da “geração mais jovem” ou “geração de filhas”, composto pelas mulheres que se tornaram mães entre 2000 e 2020. Em algumas situações, contaremos ainda com a “primeira geração” ou “geração das avós”, cujas filhas nasceram nos anos de 1940 e 1950, postas em cena mais por meio das narrativas das outras duas, já que muitas já faleceram. Por conta da pandemia de Covid-19, essas entrevistas aconteceram em sua grande maioria por meio de ferramentas e tecnologias de aproximação, computadores e

consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida. Neste sentido, o próprio entrevistado articula reflexão e evocação). Mas ao mesmo tempo, tomar essas histórias em sua dimensão performativa e como forma de “individuação biográfica” (Cardoso, 2012). Ou seja, as histórias tecem acontecimentos, experiências e emoções, sentidos e reflexões, sendo elas próprias um espaço de subjetivação e produção de si. Caberia ao pesquisador, ao ler a narrativa da história de vida, levar em conta estes elementos, considerá-la na situação de entrevista e também intercruzá-la com outras narrativas.

telefones, mediante aplicativos como *Skype* e *Whatsapp*. As conversas e as narrativas contadas foram gravadas e transcritas para, então, serem classificadas, comparadas e postas em relação, no interior de seus grupos de pertencimento geracionais, mas também entre as gerações de mulheres escutadas, sempre no encalço de padrões de repetição e de singularidades. As conversas aconteceram entre os meses de março de 2020 e julho de 2021 e conjugaram mulheres residentes na Paraíba, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Bahia e Alagoas, em sua maioria de camadas médias, mas também de camadas populares.

Vale ressaltar que o primeiro contato com as mulheres que participaram da investigação se deu por meio de relações de campo já estabelecidas em pesquisas anteriores, mas também por meio de uma chamada-convite sobre o estudo, divulgada em grupos de interlocução da primeira autora, tanto de WhatsApp quanto grupos de *email* e de sua página pessoal de Instagram. Depois dessa chamada pública, algumas mulheres chegaram até nós por meio da indicação de amigas e de suas próprias filhas, desejando participar da interlocução proposta. Toda essa movimentação aconteceu de maneira remota, por conta da pandemia de Covid-19. As conversas em profundidade se desenrolaram do mesmo modo, por conta do receio quanto à transmissão do vírus da Covid-19. Em algumas situações, conversamos ao longo de 2 ou 3 horas seguidas; mas em outras conversamos ao longo de dias, de modo fragmentado, tornando nossos encontros mais frequentes. Para além dessas situações, imagens, áudios e mensagens escritas, bem como e-mails, foram trocados entre pesquisadoras e mulheres participantes da pesquisa.

Para organizar a descrição empírica e sua análise teórica, o artigo será dividido em três sessões. Em um primeiro momento, serão apresentadas as passagens da pesquisa de campo, com foco nos registros e narrativas de mulheres das três gerações aqui consideradas, sobretudo, sobre a sua ideia de “carinho”. Em seguida, teceremos comentários sobre as emoções e as ideias de “afeto” e de “carinho” na racionalidade neoliberal, bem como sobre suas relações com a de “capital humano”, em diálogo com os escritos de Michel Foucault e de Silvia Federici. Para finalmente realizarmos uma reflexão sobre a invenção da figura

da “mãe carinhosa”, tomando sua miríade discursiva contemporânea (Camila Fernandes, 2018, 2019; Nascimento, 2019), de modo a ponderarmos sobre as críticas à puericultura e às pedagogias conservadoras, mas também sobre suas origens e possíveis enlances com as racionalidades neoliberais, que também informam os modos atuais de maternar.

2. DUAS (AS VEZES TRÊS) GERAÇÕES DE MÃES E “O CARINHO” COMO PRÁTICA EMOCIONAL

“Ser e ter uma mãe carinhosa” ou “não ter tido, mas querer ser uma mãe carinhosa” tornaram-se questões recorrentes nas conversas com as mulheres. Se, de início, buscou-se mapear as experiências femininas de gestação, de parto, de pós-parto e de maternagem, quando entraram em cena as relações entre mães e filhas, apareceram também as situações de queixas, desentendimentos, mágoas e brigas. Logo no começo da pesquisa, uma das interlocutoras, uma mulher da “geração mais jovem”, desabafou:

Ai, pensei que você fosse ouvir minha mãe e eu juntas. Ufa!! Logo pensei, isso não vai dar certo! (Rosa⁴, 34 anos, branca, psicóloga, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, mãe de 1 menino, entrevistada em maio de 2020).

Ela fazia ali menção a algo que a mãe não poderia escutar, talvez um segredo ou então, como se viu depois, uma série de divergências de entendimento e de percepção dos acontecimentos de suas vidas. De outra parte, apareceu também a “mãe tabu”, daquela da qual não se podia falar mal, criticar ou questionar. Ao ser perguntada pelas características de sua mãe, uma das mulheres rapidamente respondeu:

Carinho?! Meu Deus, não tem explicação o quanto minha mãe era carinhosa, o quanto era amável. Não existe nota para minha mãe. (Martina, 28 anos, parda, técnica de

⁴ Todos os nomes das mulheres citadas neste artigo são fictícios a fim de resguardar sua identidade e privacidade, como pactuado durante as entrevistas.

enfermagem, moradora de Catolé do Rocha/PB, mãe de um menino, entrevistada em abril de 2021).

De maneira geral, foram sistematizados três desenhos de relação entre mãe-filha, depois que as filhas também se tornaram mães: a **“abertamente conflituosa, mas existente”**; a **“pacífica, mas insatisfatória”** e a **“mítica, de respeito hierárquico”**⁵. Nas primeiras, as filhas se queixavam sem nenhum pudor de suas mães, por essas terem sido “distantes” e “desatentas, quando eram crianças ou mesmo quando adultas. Ou então, por “não terem sido presentes” em suas vidas. Mas, sobretudo, por não terem sido “mães carinhosas”. Esse é o caso, por exemplo, de Teresa, filha de Angela (76 anos, branca, psicóloga organizacional, moradora de Teresópolis/RJ, mãe de duas mulheres, entrevistada em março de 2020), que se queixa de sua mãe “não ser uma mãe carinhosa”, por não ser “do tato” e, com isso, não demonstrar afeto fisicamente.

Teresa não quis sua mãe em seus trabalhos de parto e, pelo que contou Angela, as duas não conseguem conversar sobre suas emoções. Angela considera que fez todo o possível para ser uma boa mãe e custa a reconhecer o vazio que a filha diz sentir. Mas Teresa constantemente destaca – para a própria Angela – sentir falta de sua mãe. Em que pese Angela não consiga compreender os desejos e ideias de maternagem da filha, em nossa conversa, comenta que “a filha é difícil”. Apesar dessas queixas e do conflito subjacente, é importante salientar que tais mães e filhas, em sua maioria, convivem como família, em redes de afeto, e falam abertamente sobre as ausências sentidas pela geração mais jovem.

Nas relações de segundo tipo, as **“pacíficas, mas insatisfatórias”**, as filhas também se queixavam das mães, fosse de maneira sutil ou expressiva, mas não davam tanta ênfase a essa questão. Nesse grupo, a ausência de carinho era aceita, tida como parte daquela relação, contra a qual não adiantaria se contrapor. Essa mãe, a “não carinhosa”, era tomada como tal sem muita

⁵ Essa não é uma classificação estanque, mas um modo de compreender diferenças entre as histórias contadas por essas mulheres, ressaltando que, mesmo predominando nessas histórias um dos modos, elementos dos demais estão presentes.

relutância. Sonia (42 anos, branca, médica e parteira, moradora de João Pessoa/PB, mãe de quatro filhos, entrevistada em maio de 2020), por exemplo, disse sempre ter tido uma “boa relação” com sua mãe, em que pese essa mãe ter sido sempre “distante” e “sem muita presença”. “Se eu quisesse ajuda, tinha que pedir”. Para ela, no entanto, era preciso “honrar e aceitar pai e mãe como eles são, para não repetir os mesmos erros com os filhos”. Por isso, ainda que insatisfeita, aceitava como um fato, sem tentar recuperar ou sanar uma falta, como acontecia no primeiro grupo de mulheres.

Por último, há o grupo de filhas que reverenciam suas mães, dizendo de suas qualidades e do quanto eram/são boas mães. Essas são as “**mães míticas**”, pois não podem ser questionadas ou contestadas. São as mães que inspiram respeito simplesmente por serem mães, uma espécie de arquétipo ou representação do sagrado canonizado. Elas são as mães carinhosas, mas também as mães “duras” e assertivas em seus modos de criar e educar os filhos. Nesse modelo de relação mãe-filha, o carinho aparece como descolado do tato e do afeto, mas muitas vezes alinhavado à autoridade e à ordem. Não parecia haver espaço para o questionamento da figura materna. Ela é simplesmente respeitada e tomada em sua integralidade, como boa e hierarquicamente superior. “Não tenho o que dizer da minha mãe. Ela era maravilhosa. Nossa, maravilhosa! Quando ela tinha que impor os seus limites, colocava e ponto” (Martina).

Inúmeras nuances e outras singularidades certamente existem nas relações entre mães e filhas, mas esses três “desenhos” ou arranjos de relação mãe-filha mais se destacaram em nossa pesquisa. Desse modo, a palavra carinho aparecia como carregada de sentidos muito diferentes, a depender de quem a pronunciava e a quem se referia. Sua semântica se alterava conforme a geração em questão: avós, mães ou filhas/netas. Enquanto prática cotidiana, era mais flexionada pelas mulheres mais jovens. Elas foram as que mais reclamaram de sua ausência na relação com suas mães e tentaram lhe dar outros contornos na vida prática, sobretudo, na demonstração explícita de afeto corporal para com seus próprios filhos, escuta atenta e suporte emocional para suas questões psíquicas.

O interessante é que, ao colocarem essa ideia em cena, impulsionaram também suas mães a versarem sobre o que compreendiam ser “uma mãe carinhosa” e sobre as suas referências de figura materna, alçando-nos, então, à “geração das avós”. Vale dizer também que as filhas que se tornaram mães nos anos 2000-2020, encontram-se imersas em uma ideia de mãe atravessada pela “natureza” (Carmen Susana Tornquist, 2004), pelo “afeto” e pelo “apego” (Mariana Pulhez, 2013), que parecem ser notadamente corporais, bem como por uma crítica da puericultura médica dogmática. Para essas mulheres mais jovens, “ser uma mãe carinhosa” coincide com ser uma mãe fisicamente afetuosa: a que oferece abraços, colo, apoio físico e exterioriza gestos de aconchego. Essa ideia de carinho é, portanto, preenchida de uma **fisicalidade reflexiva**: lastreada pela ideia de “contenção”, mas igualmente atravessada por uma (auto) problematização do que seria ser essa mãe “carinhosa”. Essa mãe pode ser também a mãe presente, física e afetivamente: a mãe que ajuda sem ser interpelada, a mãe que se oferece para auxiliar com os netos e as questões cotidianas da vida. Por tudo isso, em muitas narrativas surgiram como sinônimo de “mãe amorosa” ou “a mãe afetuosa”.

Dessa forma, pode-se pensar em diferentes fisicalidades do carinho. A contenção e o contato pele a pele sempre compuseram as práticas maternas, dadas as tarefas diárias de alimentar, banhar e afagar. Durante a pesquisa, constatou-se a fisicalidade do afeto; a fisicalidade da ajuda prática; a fisicalidade da ajuda financeira. As mulheres que se queixavam da falta da mãe carinhosa demandavam, entretanto, uma fisicalidade reflexiva: a que pratica o carinho, mas que também pensa e se informa sobre sua prática.

Interessante é que essa figura materna quase só apareceu como a mãe em potencial, a mãe que não se teve e não se tem: uma mãe idealizada. Quase idílica. Mas nesses casos da qual se pode reclamar ou falar mal. Essa mãe, no entanto, é imperioso salientar, não é a mãe moderna, instintivamente abnegada e dedicada, descrita por Elisabeth Badinter (1986) como o “anjo consolador”. Ela tende a ser um misto da mulher independente e produtiva, mas também acolhedora física e afetuosamente. Ela não é necessariamente a dona de casa e a mãe sacrificial que tudo realiza pela família.

Catarina (62 anos, branca, socióloga, mãe de duas mulheres, avó de três crianças e moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, entrevistada em abril de 2020), uma das mulheres da “geração de mães” (Lins de Barros, 1984), assim comenta sobre sua mãe, sua sogra e, por fim, sobre si mesma, ao longo das gerações no que diz respeito ao “ser carinhosa”:

Minha mãe não ajudava. Minha mãe era muito dura. Minha sogra era extremamente amorosa. Foi uma mãe para mim a minha vida inteira. Expressava carinho e protegia. Porém, muito mais invasiva sutilmente. Ela ajudava até demais. Nas primeiras noites, eu dava mama e ia dormir. Ela é quem colocava para arrotar. As crianças amavam ela.

Foi muito mais presente do que eu consigo ser hoje como avó.

Enquanto minha mãe me dizia: “Cuidado! Colo demais faz mal”.

Eu não sou muito de tomar a iniciativa. Fico esperando para saber onde posso entrar. Hoje procuro até mesmo ser mais presente. Eu também não sou assim, amorosa, carinhosa.

O carinho poderia, portanto, ser também compreendido a partir da “mãe que faz” ou da “mãe que cuida pelo fazer”. Angela, outra dessas mulheres mães, com 76 anos na época da entrevista, ao referir-se à sua própria mãe, uma das avós, faz menção à uma “mãe eficiente”:

... papai adorava ela, pois ela era muito eficiente. Ela fazia fantasia e comida. Uma vez fez uma peruca japonesa fio-a-fio para minha irmã ganhar um concurso de carnaval. Agora, amorosamente era a pessoa mais dura desse mundo.

Angela ao falar de si mesma, diante da queixa de sua filha, que se tornou mãe entre 2000-2020, aponta para uma outra semântica de carinho e de “mãe carinhosa”: a do olhar e das palavras, mas não fisicamente produzida.

Teresa (sua filha) me cobra pelo fato de eu não ser uma amorosa tátil. Mas sou amorosa no olhar, nas palavras, não no sensorial.

Vemos assim que a cada geração de mães de uma mesma família, a figura da mãe carinhosa se transforma e se vê alterada pelas relações tecidas entre elas,

enquanto mães-filhas. E assim se organizou também a narrativa de muitas das outras mulheres que escutamos: para falarem de carinho e para falarem de si mesmas, recorreram às figuras de suas mães, avós e filhas.

Não foi incomum nas narrativas também a figura das avós carinhosas corporalmente, ainda que tenham sido contadas também a partir de sua autoridade e da hierarquia familiar (Myriam Lins de Barros, 1984).

Minha mãe veio de Conceição para estudar e trabalhar e ficou em João Pessoa. Minha avó C. convivi muito com ela. Era mais carinhosa, era mais próxima.
Meu pai era contraditório. Ele sempre foi o mais carinhoso e afetuoso. Mas batia muito na gente.

Todo carinho que não via ela (sua mãe) dando para mim, vejo ela dando para ele (seu filho). É até difícil falar isso.
[Ela se emociona e começa a chorar]
Ela é amorosa demais como avó.

(Ana, 32 anos, parda, agente penitenciária, parda, João Pessoa, mãe de 1 menino, entrevistada em junho de 2020).

Ser “avó carinhosa” ou “avó amorosa” também não implicava em um cuidado *full time* ou na abnegação da mãe e da mulher modernas descritas por Elisabeth Badinter. As avós que nos foram narradas ou escutadas durante a pesquisa estavam dispostas a ajudar, mas não mais em tempo integral. Bem ao contrário, tendiam a impor os seus limites nas relações com suas filhas e netos. Ser uma avó cuidadosa não aparecia mais como ser babá ou a primeira responsável pelos netos.

Minha mãe se encontrou muito no papel de avó. Meu irmão não casou, não quer ter filhos. A parideira da família sou eu. Ela adora ser avó. Mas ela não quer muita atribuição para ela, não...

Quando ia para casa dela, ela me perguntava se não queria levar uma babá. Ela é muito amorosa, mas nos seus limites.

Minha mãe é mais velha, tinha também o limite físico. Ela não aguentava o tranco não. (Sonia, maio de 2020)

Por vezes, essa avó não queria assumir toda essa responsabilidade, ajudava como podia e também como queria. Essa postura pode ser derivada do lugar da mulher mãe que envelhece e que busca finalmente viver sua independência, a realização de seus desejos, viagens e autonomia diante dos filhos crescidos, da viuvez e/ou da aposentadoria. O curioso era que esses limites por elas impostos, em algumas situações, foi tomado por suas filhas como ausência e falta de ajuda.

No pós-parto do C. o cuidado dela foi levar um protetor de peito e ir embora e eu precisava de alguém que cuidasse da casa. No nascimento de G. decidi pedir explicitamente que queria que ela me cuidasse. Eu pedi. (Sonia, maio de 2020)

Ser carinhosa, portanto, pode estar também articulado à presença para o cuidado prático com a casa, com os netos e com a vida cotidiana das filhas. Por outro lado, assumir tais tarefas sem a demonstração física do afeto, especificamente para com as filhas, também pode ser interpretado como ausência de carinho. Há quem deseje o cuidado prático com os afazeres da casa e há quem o entenda insuficiente. Joana (35 anos, branca, psicóloga social, moradora de João Pessoa e mãe de uma menina, branca, entrevistada em junho de 2020) nos colocou diante de mais uma figura materna ao falar sobre a “mãe controladora”: uma mãe que demonstra o carinho corporalmente, ajuda nos afazeres da vida cotidiana da filha, mas muitas vezes o faz de modo desrespeitoso, impondo suas crenças, perspectivas e modos de criar. Essa seria, então, a “**mãe carinhosa controladora**” que, em que pese os afetos, gera conflitos por seu modo autoritário de cuidar de suas filhas e, por vezes, também de seus netos.

O meu pai era o meu grande escudo. Ela (a mãe) projetava muito em mim. É muito vigorosa e ligada ao que não teve. Muito afetuosa e carinhosa. Mas projetava em mim uma mulher que não sou. (Joana, maio de 2020)

Entre as mulheres de camadas médias, as queixas e situações de conflito em relação às mães foram mais frequentes e facilmente compartilhadas em nossas conversas. Enquanto entre as mulheres de camadas populares vigorou mais um

sentimento de respeito e de hierarquia, restando a figura materna como uma figura a ser obedecida, sem muita indagação (Ellen Woortman, 1987; Cynthia Sarti; 2001; Cláudia Fonseca, 2005; Núbia Guedes; 2020). Essas mães sim foram postas, muitas vezes, no lugar da “boa mãe” e da “mãe tabu”. Elas apareceram como as mães carinhosas, em que pese existirem rugas; mas também como mães que pontuavam limites que não poderiam ser ultrapassados, já que muito dotadas de autoridade. Com essa observação não pretendemos, entretanto, classificar de modo dogmático famílias de camadas médias que estariam, na esteira de estudos antropológicos sobre a noção pessoa no Brasil, para um ideário individualista e psicanalizado de pessoa e, de outra parte, famílias de camadas populares que estariam para o holismo hierárquico de pessoa (Dumont, 1985; Duarte, 1986; Tania Salem, 2007)⁶. Os próprios estudos sobre família no Brasil mostram, cada vez mais, que esse modelo dualista não contempla mais os movimentos sociais e simbólicos empreendidos pelas próprias mulheres na sociedade brasileira e toda a complexidade da organização familiar, mesmo em uma perspectiva comparativa.⁷

Para Martina (março, 2021), uma mulher do campo, do interior da Paraíba e de camadas populares), sua mãe, que foi uma das primeiras professoras de Catolé do Rocha,

Era muito (muito muito muito!) carinhosa, era extremamente carinhosa. Tinha as picuinhas que mãe e filha a gente sabe que sempre vai existir. Carinho?! Meu Deus! Não tem explicação quanto minha mãe era carinhosa o quanto era amável. Não existe nota para minha mãe.

⁶ Referimo-nos aqui a uma gama de estudos antropológicos que historicamente refletiram sobre a noção de pessoa a partir de um recorte de classe no contexto brasileiro, tomando como inspiração a ideia de Louis Dumont sobre as sociedades holistas/sociedades individualistas em *O individualismo: uma perspectiva antropológica do ideologia moderna* (Ed. Rooco, 1995).

⁷ Nessa apreensão comparativa entre as famílias de classes médias urbanas e famílias de camadas populares, é necessário relativizar a reificação de modelos estanques de configuração de valores e organização familiar. Os modelos polares de família núcleo e família extensa ganham diferentes dinâmicas e plasticidades, em que tendências morais de nuclearização em famílias de classes populares convivem com a centralidade da “família extensa” e das redes de parentela e vizinhança nas camadas populares (principalmente entre mulheres de diferentes gerações), ou em que a própria nuclearização nas famílias de classe média é relativizada pela convivência de códigos individualistas e relacionais (Claudia Fonseca, 1995; Lia Zanotta Machado, 2002).

... mas quando ela tinha que impor alguma coisa assim, era o que o que que importava, quando ela tinha que colocar um limite, ela ficava braba porque tinha que ajudar em casa. Quando ela falava, era o limite

... mas ela sempre se manteve no lugar dela. Ela nunca teve muito afago não.

Muitas dessas filhas de camadas populares dependeram e dependem “das ajudas” de suas mães para criarem seus filhos, para poderem trabalhar e sair de casa - seja para o lazer ou quaisquer outras necessidades. Dependem de suas mães, tias, avós, mas também de suas vizinhas, como bem observou Claudia Fonseca (1995). Existe uma dependência física, mas também econômica. Para que consigam sustentar suas casas, talvez tenham dificuldades de se queixar de suas mães. Talvez não se sintam aptas para reclamar ou para criticar as maneiras de cuidar das gerações mais velhas, já que precisam dessas mulheres para trabalharem, estudarem ou se divertirem.

As práticas de cuidado das avós de seus filhos não são, por isso, questionadas. Tornam-se padrões e regras de conduta a serem observados por suas filhas. Uma relação de respeito e de reconhecimento de autoridade menos vista entre as mulheres de camadas médias.

Existem então aspectos estruturais (econômicos, político e sociais) que certamente balizam o que pode ou não ensejar a crítica e os conflitos entre mães-filhas, bem como dá os contornos de suas lógicas de dependência. Longe de nós, no entanto, engessar ou homogeneizar ações entre tais mulheres, a partir de seus pertencimentos de classe social. As razões para suas práticas são bem mais complexas e serão exploradas muito mais no sentido de não dicotimizá-las, mas sim de apontar que precisam atualmente ser matizadas. Para Maria das Dores Machado (2009), o crescimento da participação ativa das mulheres pobres na economia brasileira, bem como mobilidade educacional e crescente adesão às práticas de confissão evangélicas das últimas décadas no contexto brasileiro têm favorecido que também essas mulheres questionem e revisitem sua pertença familiar, dando vazão a valores e perspectivas mais individualistas entre as camadas populares; bem como de leituras mais holistas

nas camadas médias, dada a crescente e recente co-habitação e dependência financeira da geração mais jovem junto das gerações intermediárias e primárias.

Por mais que se valorize o esforço de revisão do paradigma holista e de regaste das redes simbólicas de comunicação entre as classes sociais, deve-se questionar a ideia de que as mulheres das camadas populares sejam infensas às tendências de individualização e ao ideário do individualismo de uma forma mais ampla. Assim como a dimensão relacional se faz presente na constituição do ethos feminino entre as mulheres das camadas médias, argumentamos que valores da ideologia moderna se fazem presentes no processo de construção da identidade feminina dos grupos ... populares. Compartilhamos da tese de que não existe “um único individualismo”, mas individualismos, e que se faz necessário o exame da “emergência de situações em que o indivíduo enquanto sujeito moral se destaca e onde o ethos individualista possa existir mesmo subordinado a uma ordem holista dominante.”

Há um trânsito entre mundos sociais que é inaugurado por essa geração de mulheres em tais segmentos sociais: família, trabalho, amizade, sexualidade são domínios da vida que ganham importâncias relativas ao longo da trajetória de vida, trazendo, hoje, para as entrevistadas tensões constantes para ajustar as necessidades com os cuidados com os pais, o apoio financeiro dos filhos adultos e seus próprios projetos de vida no campo profissional, afetivo e sexual (Maria Machado das Dores, p. 372)

Dessa forma, as relações entre mães e filhas não nos parecem poder ser explicadas a partir do recorte de classe social pura e simplesmente. Suas lógicas de dependência têm se transformado notadamente nas últimas décadas na sociedade brasileira.

3. OLHARES ANTROPOLÓGICOS BRASILEIROS SOBRE MULHERES DE UMA SÓ FAMÍLIA, MAS DIFERENTES GERAÇÕES

Ao nosso ver as pesquisas de Myriam Lins de Barros, de Maria Isabel Mendes de Almeida e de Maria das Dores Machado antes citadas, aportam contribuições para compreendermos os significados de carinho materno ofertados por mulheres brasileiras de tempos sociais diferentes.

Myriam Lins de Barros, em *Autoridade e Afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira* (1984), separa as gerações de mulheres de uma mesma família em: “primeira geração”, geração intermediária” e “geração mais jovem”, tipologia que também utilizamos neste artigo. Segundo a antropóloga, a “primeira geração de mulheres”, entre 69-88 anos, compreende as situações por elas vividas como “próprias de sua geração” sem muita possibilidade de mudança e “sem muita luta”. Preocupam-se com a transmissão de valores para seus filhos e a manutenção do vínculo afetivo com o marido. São mulheres que geralmente não tiveram instrução formal, casaram-se cedo, tiveram mais de três filhos e dedicaram-se aos cuidados da casa. Elas tinham como queixa principal a dependência financeira dos maridos e dos filhos.

Já a “geração intermediária”, desse mesmo estudo de Myriam Lins de Barros, de mulheres entre 48-60 anos, foi muito marcada por separações conjugais, por outra vivência da sexualidade, uso de contraceptivos, menor número de filhos; inserção no mercado de trabalho e aquisição de instrução formal. Essa sim é a geração em que Lins de Barros (1984) mais identificou “lutas” e enfrentamentos das próprias mulheres para viverem de outros modos e romperem com padrões conservadores do lugar das mulheres na sociedade brasileira. Elas enfrentaram e experimentaram uma série de mudanças sociais ao longo de suas vidas e redefiniram os espaços das mulheres nos contextos públicos e privados.

Por fim, na “geração mais jovem”, a antropóloga viu a instrução formal, mas a dificuldade de permanência no mercado de trabalho. Notou o retorno da dependência das famílias de origem e a permanência na casa dos pais. Percebeu a acentuada presença de conflitos geracionais, em que pese vigora a dependência financeira. Entre essas mulheres mais jovens, a maternidade foi considerada uma experiência planejada e reflexiva. Nesse grupo, o número de filhos foi menor, mas a dedicação a eles parece ter sido maior em termos de tempo.

Para Maria Isabel Mendes de Almeida, em *Maternidade. Um destino inevitável?* (1987), uma pesquisa entre mulheres cariocas de camadas médias também nos anos de 1980, com foco na vivência de parto, amamentação, pós-parto e cuidados com o bebê ao longo das gerações, as mulheres de “primeira geração”

(as mães que tiveram filhos na década de 50), os viram como processos fisiológicos vividos entre mulheres, da ordem do “natural” e sem muita reflexão crítica. Nessas ocasiões, as próprias mulheres cuidavam uma das outras e tais experiências simplesmente compunham suas vidas. Enquanto que, na “geração intermediária” ou “mães dos anos de 1980”, esse saber sobre o gestar-parir-amamentar passou a pertencer aos médicos ginecologistas, obstetras e pediatras, tornando-se tema do universo masculino.

Mães, avós, tias maternas, cunhadas e irmãs mais velhas apontadas pelas informantes como referências significativas de aconselhamento, exemplos a serem seguidos, fontes seguras de informação. A noção de aprendizado aparece intimamente ligada à transmissão de experiências já vividas e provadas por mulheres da família. O valor da experiência testada com sucesso tende a servir como modelo a ser abraçado. (Maria Isabel Mendes de ALMEIDA, 1987, p. 43)

Para a “primeira geração” de sua etnografia, a mãe carinhosa aparece como a mãe que ajuda e se faz presente, aquela que fazia e cuidava das questões cotidianas e caseiras quando os netos nasciam. O “mapa” dessas experiências era, segundo Maria Isabel, bastante “familiar” e operava por meio de “um código moral integrado, compacto e pouco plural” (1987, p. 59).

Ah! Tive sempre minha mãe do lado. Não só na gravidez como nos primeiros momentos do pós-parto. Sempre ... sempre que se aproximava a data, minha mãe vinha (no caso vinha do RJ, pois a filha morava no Sul) e ficava comigo. Ela me ajudou muito. Ajudava mesmo a educar as crianças. Em todos os sentidos. É, na época do colégio, também. Muito, muito dedicada também. Muito amorosa com os filhos, *carinhosa*. (idem, 1987, p. 44)

Entre “as gestantes dos anos 80”, vemo-nos diante de “um esmaecimento gradual do papel da família enquanto agente mediador das relações entre os indivíduos” (1987, p.60), na medida em que as mulheres foram inseridas num contexto de urbanização, modernização e nuclearização da família. A antropóloga situa nesse grupo o projeto da “nova maternidade”, em que muitas vezes a figura da avó torna-se dispensável ou se vê circunscrita a uma ajuda bem prática; quase nem se falando da “mãe carinhosa”.

Em nossa pesquisa de campo não foi incomum encontrar mães da “primeira geração” que haviam impulsionado suas filhas a estudarem e a deixarem suas casas, antes do casamento, bem como a postergarem a maternidade. Essas mães eram valorizadas por suas filhas por tais práticas e podem ser vistas justamente por conta disso como “carinhosas” ou “amorosas”. O carinho viria articulado, nesses casos, ao oferecer suporte emocional e econômico para que as filhas tivessem uma vida econômica e pessoal diferente da que elas tiveram. Contribuir para que a filha tivesse independência financeira também pôde ser interpretado como tarefa de uma “mãe carinhosa”, sem que necessariamente passasse pela fisicalidade e troca corporal, aqui tomados como demonstração tátil de contato e carinho.

Essas situações mostram, portanto, diferentes concepções do que seria “carinho”. Na primeira delas, o “**carinho impulso**”, o incentivo para se fazer algo diferente e por si mesmas, diferente do esperado socialmente, promovido geralmente pelas avós ou mulheres da primeira geração. Enquanto na outra situação, na “geração intermediária,” teríamos uma espécie de “**carinho provimento**”, muitas vezes ofertado economicamente, pelas mães às filhas mais jovens para que pudessem estudar e ascender profissionalmente. Em ambas as situações, o carinho, no entanto, vinha, nas gerações anteriores, apartado da fisicalidade, sem ser considerado como contato corporal ou físico. Passava pelo dinheiro ou apoio, bem diferente do demandado pela geração mais jovens de mulheres.

Essas mulheres da “geração intermediária”, por serem de uma geração de mulheres que já havia se inserido economicamente no mercado, muitas vezes foram consideradas “mães ausentes” fisicamente, mas presentes naquilo que poderiam ofertar em termos de oportunidades sociais, escolarização, atividades de lazer e viagens. Curiosamente, foram justamente essas as mães mais criticadas pelas mulheres que ouvimos durante os anos de 2020 e 2021, tidas como: “não carinhosas”.

Essas categorias e ilações sobre os seus conteúdos trabalhados ao longo de décadas pelas antropólogas acima mencionadas não esgotam o nosso universo

empírico. Elas aparecem mais como indicadores da polissemia da “mãe carinhosa” e do quanto as práticas afetivas e suas gramáticas emocionais são informadas por outras dimensões da vida social, tais como a política, a economia, os ideários de lugar das mulheres e, sobretudo, pelas próprias relações intergeracionais; já que a história de vida de uma informa a história de vida outra, em seus anseios e conflitos. Inclusive nas formas de organização de suas narrativas e entre suas tentativas de pertencimento, mas também de desentranhamento familiar. Ou seja, de processos de ruptura com tradições e de existências desenhadas à luz das moralidades replicadas no interior das famílias. Em muitos casos, as mulheres disseram de si mesmas a partir de sua pertença familiar, de seu entranhamento. Mas outras tantas tentaram dissociar suas estórias de vida daquilo que os seus mapas familiares desenhavam.

4. O AFETO E PRODUÇÃO DE SUJEITOS COMO CAPITAL HUMANO

Percebemos, em nossa pesquisa de campo, mas também na revisita das etnografias citadas acima, concepções plurais do que seria então o carinho ou a “mãe carinhosa”. Todas elas, no entanto, estão envolvidas de modos mais ou menos explícitos, com a criação dos filhos, dos cuidados fundamentais (que envolveriam alimentação, moradia, controle) aos cuidados envolvendo afetos e produção de subjetividades. Modos esse que mudam de uma geração para outra, a depender das diferentes composições das famílias, dos projetos de vida e dos campos de possibilidades das mulheres-mães, mas também dos contextos sociais, econômicos, simbólicos e políticos mais abrangentes que dizem das maternagens.

Nesse sentido, situações de maior ou menor presença do Estado na reprodução social, através de políticas de proteção e de assistência social, políticas de educação e de saúde pública interferem na dinâmica das famílias e nos arranjos de projetos de vida, relações intrafamiliares, intergeracionais e de gênero que irão se organizar. Percebemos também, na passagem da geração intermediária para as gerações mais jovens de mães, um deslocamento da valorização de projetos individuais (das mães) para uma valorização da relação mãe-filhos e de

noções de afeto e carinho como centrais nessa relação social. Parte importante dessa mudança nos parece ligada às novas configurações de valores e de arranjos familiares, mas também aos contextos mais amplos antes mencionados que não podem ser desprezados. Nesta seção, buscaremos, por isso, trazer elementos para uma compreensão desses contextos e de como eles nos ajudam a compreender as novas composições afetivas e morais da experiência da maternagem.

Por conta disso, se até o presente momento tematizamos as maternagens em suas diferenças geracionais e em decorrência de recortes de classe social, nessa seção a reflexão se dedicará a pensar aspectos mais macro-estruturais, ideários de maternidade que podem, por vezes, informar projetos de maternidade diversos de uma mesma maneira, ainda que com desenhos locais. E esse é mesmo o intuito do artigo, refletir também, sobre possíveis aproximações entre mulheres mães de origens e pertencas sociais diferentes, a partir das moralidades que informam socialmente a prática da maternidade ao longo dos tempos.

Michel Foucault em sua análise do neoliberalismo americano, foco do curso *O nascimento da biopolítica – 1978-1979* (Foucault, 2010), nos ajuda a entender o neoliberalismo hegemônico como um momento de extensão da razão econômica para outros aspectos da vida social, incluindo formas de racionalidade, de governamentalidade e de produção de subjetividades. Foucault recorre aos conceitos e teorias econômicas para discutir o modo próprio do neoliberalismo de produzir uma racionalidade econômica que vai além da entrada e saída de ganhos e investimentos, mas que compõe e é composta pela circulação de pessoas, afetos, objetos e ideias sobre o mundo habitado; e que tem como um de seus eixos a produção de capital humano. A teoria econômica do “capital humano” ancora a ideia do sujeito “empresário de si” – os senhores de si mesmos ou “sujeitos-empresas”. Nessa esteira, a intenção de Foucault é a de entender como se constitui e como se acumula esse capital. Em sua leitura, para esses senhores de si existirem enquanto tais e para que possam se destacar, é preciso singularizar-se, destacar-se e diferenciar-se. Investir em si mesmo e cultivar a si mesmo tornam-se, por isso, premissas

básicas de sucesso social. Essa construção do “sujeito-empresa”, segundo o filósofo, acontece muito precocemente, ainda na infância e já nos processos de cuidado, na quantidade de tempo e de afetos dedicados por mães e pais na criação de seus filhos.

Na análise que eles fazem do capital humano, como vocês se lembram, os neoliberais procuravam explicar, por exemplo, como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira não só como ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele - tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o que? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda". Essa renda será o quê?

O salário da criança quando ela se tornar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? **Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica.** Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso. Pode-se portanto analisar em termos de investimento, de custo de capital, de benefício do capital investido, de benefício econômico e de benefício psicológico, toda essa relação que podemos [chamar], se vocês quiserem, de relação formativa ou relação educacional, no sentido bem amplo do termo, entre mãe e filho. (Foucault, 2010, p. 334-335)

Cuidar dos filhos – a partir da modernidade - tornou-se uma tarefa fundamental na e para a vida social econômica. Foucault dá destaque ao controle da vida pelo Estado por meio da fiscalização da reprodução e do manuseio dos corpos femininos (Foucault, 1984), mas também a partir da maternidade, das práticas ditadas de criação e de um novo olhar para a infância. Nesse caso, um olhar capitalista e produtivista, que, por estar ancorado na ideia de “sujeito-empresa”, costura também aspectos psicológicos e afetivos. Dessa forma, a mãe não deveria investir somente economicamente, em instrução formal, mas igualmente em aspectos afetivos e psicológicos que garantissem o sucesso social de seus filhos, acrescentando assim tarefas antes inexistentes na criação dos filhos. Como vimos, segundo o filósofo, quanto mais tempo dedicado às crianças, mais investimento no capital humano e, assim,

maior será a renda futura conquistada por essa criança futuramente. Nesse sentido, em suas linhas, “quanto mais afeto” ou quanto “mais carinho”, presença e tempo de dedicação, a mãe ofertar, maior será a renda econômica daqueles que os receberam ainda na tenra idade. Partindo desse trecho de Foucault, o carinho – que muito nos interessa nesse texto enquanto ideia e prática, despontaria como um investimento materno físico, afetivo, emocional, mas notadamente econômico e financeirizado, a partir do advento da sociedade capitalista moderna no Ocidente, mas mais ainda a partir de sua fase neoliberal e da ideia do sujeito que precisa ser senhor de si.

Se nos estudos de Maria Isabel de Almeida (1987) e Myriam Lins de Barros (1987) vimo-nos diante das gerações mais jovens de mulheres que pautavam a natureza do corpo como algo positivo; a redução do número de filhos e um investimento temporal e moral na criação dos filhos; nas últimas décadas (2000-2020), a sociedade brasileira se viu bastante invadida pelo ideário do *attachment parenting*. Esse discurso médico promovido nos anos 90 nos Estados Unidos pelo pediatra americano William Sears, apregoa basicamente um contato físico maior e prolongado entre pais e filhos, tais como camas compartilhadas, amamentação em livre demanda, a não terceirização da criação, o uso de carregadores e de *slings*, entre outras tantas recomendações.

Esse ideário penetrou a sociedade brasileira mais expressivamente no começo dos anos 2000, junto da ideia de “parto humanizado”, sobremaneira entre mulheres e casais grávidos de camadas médias lastreados por uma visão alternativa de corpo, de natureza e de mundo. Mas se expande pouco a pouco, deixando de pertencer a nichos específicos e necessariamente recortados pela classe (Carneiro, 2015). De modo geral, pode ser compreendido como uma crítica à puericultura clássica que media, pesava e avaliava o desenvolvimento infantil a partir de métricas duras e que era geralmente praticada por um médico distante, que ditava às mães como criar e cuidar de seus filhos. A “teoria da criação com apego” ou *attachment parenting* dá ao contrário destaque às mães e aos pais, recupera noções controversas de natureza e instinto, “pele a pele” e transforma a criança num sujeito de direitos e de experiências, deslocando a autoridade médica para a autoridade familiar.

Claudia Barcellos Rezende (2020), ao analisar a ideia de maternidade e de dor do parto em gerações diferentes de mulheres no Rio de Janeiro na atualidade, descreve como a maternidade nas últimas décadas tornou-se “um projeto” principalmente para as gerações mais jovens da contemporaneidade. Um projeto no qual é preciso investir e para o qual é preciso se preparar de modo ancorado em uma ideia de corporalidade. Em sua leitura, a maternidade tornou-se “uma escolha reflexiva”, diferentemente do que os estudos de Myriam Barros et. al (2009) demonstravam sobre as mães e as avós das gerações anteriores.

Os bebês que antes eram conhecidos somente nos partos e ao nascerem, são — sob essa ideologia— atualmente já nomeados e tratados como pessoa intra-útero, como bem pontua Lilian Chazan (2009), sobre a contribuição da ultrassonografia e da tecnologia na criação do feto como pessoa. Os fetos recebem nome, quartos decorados e têm características física e emocionais ainda atribuídas na barriga, antes de nascerem. Na teoria da criação com apego, a vida intra-uterina também é valorizada. A gestante deve se cuidar e se preparar para receber o filho, como não acontecia nas gerações de mulheres anteriores. Essa ideia contemporânea de “maternidade projeto”, no entanto, tanto pode ser uma crítica aos modelos operantes de puericultura e de infância, como também um eco – no âmbito mais doméstico de nossas vidas – de um projeto neoliberal de Estado e em que pese se concentrar entre mulheres de camadas médias brasileiras também chega às camadas populares, quando políticas públicas são editadas tendo nas mães as atrizes centrais de sua vida prática.

O filósofo Byung-Chull Han, em a *Sociedade do Cansaço* (2017), sustenta que padecemos de “um excesso de positividade”. Ao invés do medo da invasão de microrganismos externos, como vírus e bactérias que nos assolavam tempos atrás, há atualmente uma supervalorização da capacidade de fazer dos sujeitos, sob a filosofia do “Yes, we can”. Ao invés de recebermos mandatos externos, “você deve”, passamos a viver com o que aparentemente seriam mandatos internos, pessoais e auto-referenciados, numa aura de liberdade, que muitas vezes é mais eficiente para o controle e gestão das vidas do que imperativos de controle exteriores. Vivemos, segundo o filósofo, sob a hiperatividade e sob a

ideia de um sujeito “projeto”. Um projeto de si, ou seja, a ideia de “sujeito neoliberal”. Esse sujeito que não encontra ponto de repouso, não descansa e experimenta uma dessa maneira “liberdade coercitiva”.

Uma das consequências desse desassossego é o cansaço patológico e uma série de síndromes psíquicas e emocionais, como o *burnout*. Alguns anos atrás, não ao acaso, as mães foram elencadas com um dos grupos que mais padecia de tal síndrome (Carneiro, 2021). Pensamos, assim como Rezende (2020), que a criação dos filhos, na esteira do que se tem vivido na gestação e com relação ao parto nas camadas médias, também se tornou na atualidade um “projeto” que carece de investimento, estudo e preparação. Um projeto de maternagem, que precisa dialogar com a “teoria do apego” e com sua disciplina positiva, em busca da melhor criação para as crianças. O objetivo final é muito ambicioso, qual seja “criar uma criança ética, emocionalmente segura e capaz de prover a si mesma”; mas nos parece também passar pela construção dessa mãe, mergulhada em teorias e críticas aos modelos de maternagem de outras gerações. Essas mães precisam conhecer previamente esse trabalho, mas também ter tempo e disponibilidade emocional para realizá-lo. E assim, aos poucos, a maternidade também é invadida, como tudo na sociedade atual, pelas noções de desempenho, de positividade e conseqüentemente das premissas que contornam o sujeito neoliberal. Como pontuou Foucault, no trecho que abriu essa sessão, quanto mais tempo, afeto e presença as mães concederem aos seus bebês, crianças e adolescentes, mais “capital humano” será nelas embutido e maior será a sua renda (econômica) futuramente. E por essa via chegamos ao mundo econômico, em sua figuração mais tradicional: no investir para recuperar em seguida.

As mães adquirem destaque em suas escolhas, controle sobre os seus próprios corpos e decidem conjuntamente com especialistas o que seria melhor para os seus filhos, tornando-se assim protagonistas de seus percursos maternos, mas se veem sobrecarregadas e deixadas ao léu pelo Estado, pelas redes de ajuda ou qualquer outra pactuação social sobre o cuidado com as crianças. A família deve se responsabilizar por esse projeto. Nesse sentido, por baixo de uma aparente liberdade, há muita delegação social e estatal do cuidado para a figura materna. Vigorando, assim, um modelo de maternagem neoliberal e, aos nossos

olhos, uma economia-política das emoções, em que a noção de carinho pode agir como fundamento do sistema biopolítico que camufladamente controla o nosso cotidiano e corpos.

Dagmar Meyer (2003) também pondera a respeito da maternidade como um “projeto” para e da mulher-mãe, olhando-o através das políticas públicas de saúde e de educação orientadas à criação de filhos e de como as mesmas fundam práticas de maternagem. Em suas palavras, a maternidade foi individualizada ao longo do século 20 e na racionalidade liberal tornou-se uma tarefa ainda mais complexa e abrangente. Sua materialidade é dada ao longo dos tempos e dos espaços. Dessa feita, longe de ser algo inato, é ao contrário informada por discursos e muitos sentidos em disputa, que adensam o que significa ser uma “mãe afetuosa, amorosa ou carinhosa” em determinados contextos.

Ao discutir, por exemplo, a difusão da amamentação livre demanda a partir dos anos de 1980 no Brasil, Dagmar inventaria programas e políticas de saúde, colocando-nos diante de três grandes campos de “vantagens”, caso se consolide o aleitamento materno: as vantagens para o bebê, as vantagens para a mãe lactante e, por último, as vantagens para a sociedade. Em suas linhas, vemos que argumentos de distintas ordens, como os da economia, o da vinculação afetiva mãe-bebê e o da proteção contra a desnutrição são acionados em profusão a partir de um mesmo ponto: aleitar. Por isso, esse exemplo ilustra muito bem como uma prática de maternagem comporta muito mais do que uma relação privada e familiar, muitos ciclos de vantagens e em distintas escalas: desde a casa, afetos até o Estado e a economia de um coletivo social.

... gerar e criar filhos (numa sociedade globalizada neoliberal), “equilibrados e saudáveis” passa a ser social e culturalmente definido, também como um “projeto” de vida, responsabilidade individual daquela que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta, e é a isso que venho me referindo como uma *nova politização da maternidade* (MEYER, 2003, p.37)

Diante disso, em nossa leitura, o afeto enquanto ideia é fabricado, assim como a ideia de carinho e de “mãe carinhosa”. Segundo Claudia Fonseca (2002), o afeto

tornou-se, com a revolução industrial, a base para a manutenção familiar, assim como dos mitos do amor e do amor materno. E a partir disso, segundo a antropóloga, a família é vista como funcional (eu diria essencial) para o desenvolvimento pessoal, como já havia mencionado Foucault linhas atrás.

Historiadores descrevem como, especialmente a partir da revolução industrial, o afeto começa a ser considerado como a base da vida familiar. Os filhos, encarados na época pré-moderna como mão-de-obra para a empresa familiar, segurança na velhice ou meio de perpetuação da linhagem, passam a possuir um valor, antes de tudo, afetivo. Da mesma forma, o amor romântico torna a caracterizar o matrimônio ideal, ditando a necessidade da “livre escolha” do cônjuge. Aqui, o valor central não é mais a linhagem ou o nome da família, a serem protegidos a qualquer custo (mediante o sacrifício, quando necessário, dos membros), mas, sim, a felicidade dos indivíduos (Ariès 1981, MacFarlane 1986) (Fonseca, 2002, p. XXXX)

Pedro Nascimento também é um dos estudiosos das infâncias, das relações de cuidado e de seus atravessamentos pela política pública. De início analisou o extinto “Programa Bolsa Família” no Brasil e mais recentemente tem estudado o “Programa Criança Feliz”, uma iniciativa do governo federal. Enquanto o primeiro decorria de tentativas de redistribuição de renda articuladas à escola e ao cuidado com a saúde das crianças do governo Lula e Dilma (2003-2015), o último, de iniciativa Governo Temer (2016) e da gestão Bolsonaro (2018-2022), coloca ainda mais ênfase no papel materno no desenvolvimento de seus filhos. Ou seja, da privatização ou familiarização dos cuidados, característica típico de governos neoliberais. Cabe, quase que única e exclusivamente, às mães os estímulos e as ações necessárias para tanto e, por consequência, o recebimento do benefício previsto no “Criança Feliz”. Por meio desses programas e políticas, assiste-se à uma “politização materna” (Meyer, 2003; 2006) e a ação das “moralidades maternas” (Fonseca, 2012), alinhadas a projetos de governo e a uma série de valores econômicos, o que retira – aos nossos olhos – as práticas de maternagem de uma agenda local ou doméstica e tampouco médica.

Ao descrever a experiência de famílias de Rio Tinto, uma cidade do Estado da Paraíba no Nordeste brasileiro (2019), Nascimento joga luz sobre como “as condicionalidades” do “Programa Criança Feliz” são manejadas tanto pelas

famílias portadoras do benefício, como por parte dos profissionais de saúde que monitoram a política localmente. Em sua leitura, o PCF nos conta muito sobre as políticas de Estado, os modos de governo e as práticas de poder. Sobre como o Estado é produzido a partir da mistura da racionalidade e das moralidades da vida cotidiana e econômica (Ferguson e Gupta, 2002).

Nessa perspectiva está em jogo não apenas disciplina e controle, mas modos de subjetivação onde cada indivíduo, tomado como empresário de si, é também um aliado na busca por alcançar metas estatais que são percebidas igualmente como um propósito individual (FOUCAULT, 2008a). Esta perspectiva pode nos ajudar na compreensão de como as práticas contemporâneas de governo continuam a instrumentalizar categorias tradicionais para o alcance de objetivos pactuados globalmente com base em noções como direitos humanos e desenvolvimento (MOLYNEUX, 2006; MOLYNEUX; THOMSON, 2011).

Vale dizer que o PCF nasce do *Marco Legal da Primeira Infância* (2016) e da preocupação com o desenvolvimento e crescimento sadio das crianças brasileiras. Enquanto política pública atende crianças entre 0 e 6 anos, por meio de visitas domiciliares de profissionais capacitados, que deverão **ensinar** às mães a usarem a “Caixa Surpresa” e o “Livro sensorial”, que têm por objetivo **estimular** intelectual e fisicamente as crianças atendidas. Em um deles, por exemplo, a mãe diz o nome de um objeto e a criança deve procurá-lo e mostrá-lo, corroborando o saber adquirido. Nascimento salienta que as visitas não costumam durar mais de 20 minutos, mas que as mães são estimuladas a produzirem outros artefatos para interagirem com as crianças. Desse modo, as mães devem seguir uma cartilha própria, mas também irem além do esperado. O interessante é que entende-se que o programa gera desenvolvimento infantil, mas também “vínculos afetivos” entre os familiares. Os afetos são assim produzidos e fabricados por políticas públicas calcadas na neurobiologia e em teorias político-econômicas de desenvolvimento pessoal contemporâneas.

Vemo-nos assim diante de uma fabricação temporal e social da figura da mãe carinhosa, tanto em camadas médias como entre as camadas populares, por

meio de iniciativas próprias ou governamentais, mas em todos os casos lastreadas pelo “desenvolvimento pessoal”.

5. MÃES NERVOSAS E/OU CARINHOSAS, MAS SEMPRE EM TRAMAS

Camila Fernandes fez sua etnografia junto às mulheres moradoras de favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro (Morros da Mineira e São Carlos), entre 2014 e 2016. A antropóloga se dedicou a refletir sobre as vidas das “mulheres que tomam conta”, mas também sobre as figurações de mães: das “mães nervosas” e das “mães agressivas”. Elas são consideradas “mães secas”, as mães “que não dão amor”. Essas mães quase sempre são tidas como as responsáveis pela desestruturação de seus filhos, por sua “desordem físico-moral; como já pontuara Duarte (1986) em seu trabalho sobre as doenças nervosas em contextos de camadas populares.

Camila Fernandes, ao ouvir as próprias mães, chegou à conclusão de que essas mulheres não entendiam que “agrediam” os seus filhos. Elas sim mencionavam as “mães que batem”, “as mães que xingam” e “as mães que espancam”. Mas, em sua leitura cotidiana, ao cuidarem de seus filhos não eram mães agressivas ou desleixadas. Xingamentos, palmadas e até mesmo objetos lançados na direção das crianças não são incomuns no contexto empírico analisado por Fernandes. Mas as mães – de outra parte – confessavam sentirem-se muito “sozinhas para tudo” e de como “tudo era em cima” delas. Esses sentimentos, segundo a antropóloga, compuseram o seu “mergulho no caos materno” ou no “reino das mães” por onde se movimentou por quase dois anos. Um contexto contraditório, mas de muita sobrecarga e solidão maternas.

Para compreender essas mães, Fernandes se dispôs a refletir sobre “a raiva” ou a “ira” enquanto emoção nesse contexto; “sendo que o que está em jogo não é somente a pessoa que sente a raiva, mas também o conjunto de relações sociais ao seu redor” (Maria Claudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende, 2010, p. 39). Por isso, a ira e a raiva maternas precisam, em sua leitura, serem lidas à luz da exaustão experimentada por essas mulheres mães periféricas e solitárias. Sendo

essa exaustão eminentemente relacional, posto que derivada do abandono Estatal e social, que assim “precisa ser considerada à luz de condições concretas de vida e de algumas dinâmicas relacionais” (Camila Fernandes, 2019, p. 227).

Para o “pensamento maternal” descrito pela antropóloga, duas poderiam ser as possíveis “causas” da agressividade materna: “bater para evitar o pior”, segundo o qual as mães batem para educar e evitar que os filhos se tornem “bandidos ou prostitutas” e cedam ao tráfico ou aos donos do Morro ou da favela local. Mas também “bater para descontar”, que nos aponta para uma lógica comunicacional entre quem apanha e quem bate, estando a agressão para além da violência em si, nos moldes do tematizado por Maria Filomena Gregori em “Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista” (1993),

A raiva, dessa maneira, compreende diversos campos de luta: uma luta histórica de mulheres contra homens, pais ausentes, violentos e que não comparecem, e uma luta histórica de mulheres contra o estado, representado em todos esses dispositivos que viram as costas para elas quando estas precisam. Entretanto, essa luta sempre tem contornos falhos, ela nunca é precisamente delimitada, estando sempre borrada e nebulosa. As cores do sentimento são turvas, se mancham, se apagam e se misturam no cotidiano.

A raiva materna pode, nesse diapasão e aos nos olhos, nos dizer então muito mais do que se passa em um só corpo ou entre dois corpos: das mães e dos filhos. Ela nos conta sobre o abandono e a violência estatal, a respeito da sobrecarga materna e do quanto a nossa sociedade insiste em conter e patologizar esse sentimento para que as mães sigam sustentando sozinhas um modelo de cuidado que deveria ser social e coletivo. Se pensarmos por esse prisma, as mães são hodiernamente julgadas por sua raiva, mas a raiva que mesmas sentem é do mundo, gerada e impingida por todos nós, numa malha de relações, que se enfeixam na figura da mãe que bate, espanca e xinga. Numa lógica em que os filhos muitas vezes não são os responsáveis pelo que acontece, estando o problema para muito além deles.

Em outro artigo Fernandes (2020) escreve sobre a mãe que “não aguentou e explodiu”. Essa mulher-mãe também seria o avesso da mãe carinhosa. Ela seria “a mãe ruim”, “a mãe maldosa”, “a destemperada”, as acusadas de terem “filhos demais” ou de serem mães “novinhas demais”. Para Camila, no entanto, são:

Mulheres à flor da pele, tal como bombas, não são metáforas descoladas de um contexto em que granadas e ameaças de castigos estampam os muros de entrada de um território periférico, lugar este alvejado por diversas outras violências. Por outras violências, é importante destacar um conjunto de precariedades que são naturalizadas: a disputa de biscoito entre irmãos cuidados por uma “mãe solteira”, as crianças que acabam apanhando por tentar evadir de algum serviço doméstico em configurações familiares nas quais mulheres acumulam triplas jornadas de trabalho, as afirmações sobre a “falta de conversas em casa” ditas por profissionais entre um campo discursivo que reifica estereótipos em torno de populações pobres e negras, vistas como pessoas incapazes de dialogar ou dar carinho aos seus filhos.

O nosso intuito, ao recuperar os achados etnográficos de Camila Fernandes e de Pedro Nascimento, é olhar para refletir sobre as aproximações entre a “mãe carinhosa” e a “mãe nervosa”. E é assim menos opor mães de camadas médias às mães de camadas populares ou mães de gerações diversas. Essa saída interpretativa seria simples, maniqueísta e reducionista. Interessa-nos mais refletir sobre “o carinho” enquanto ideia e emoção que está para além da pessoa que o recebe ou de uma característica que informa a figura materna, mas que – ao contrário – informa um “conjunto de relações que está ao seu redor” (Maria Claudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende, 2010) e “à luz de condições concretas de vida” (Camila Fernandes, 2018, p. 227).

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a “mãe nervosa” ou “mãe raivosa” de Camila Fernandes,

nos perguntamos em que medida essa mãe não poderia também ser uma “mãe carinhosa”, dada sua lógica de que “bate para evitar o pior” ou para fazer com seus filhos não se tornem “bandidos”? De mesma forma, em que medida a mãe dura de Tania de Catolé do Rocha, que conhecemos na Paraíba em 2020, não poderia seria uma mãe carinhosa ao impulsionar sua filha pobre a estudar e ascender socialmente, sem que lhe tenha concedido um único abraço ao longo de toda sua vida? Não seria a mãe da “geração intermediária” dos escritos de Myriam Lins de Barros dos anos de 1980, que deixa os filhos com babás, nas escolas ou creches e sai para trabalhar durante todo o dia, também uma mãe carinhosa? Ou a mãe carinhosa seria somente aquela descrita por Elisabeth Badinter enquanto mãe abnegada e dedicada nos primórdios da sociedade capitalista moderna? Ou então seria tão somente a mãe atenta, apegada e preocupada com o desenvolvimento físico-motor e emocional de seus filhos descrita no “Programa Criança Feliz” (Brasil, 2016-2022) e nas leituras de *attachment parenting* consumidas pelas camadas médias brasileiras atualmente?

De nossas conversas em profundidade com mulheres de diferentes regiões do Brasil em 2020 e 2021 e do diálogo produzido com etnografias dedicadas às maternagens, cuidado e políticas públicas, pudemos perceber que a figura da mãe carinhosa é informada por anseios pessoais e relacionais, mas cotidianamente também por projetos, ideários e moralidades maternas e econômicas que costuram a vida que acontece dentro da casa com a vida que acontece nas ruas, transcendendo assim o universo doméstico. Dessa maneira, a figura mãe carinhosa é desenhada sim a partir das relações entre avós, mães e filhas, entre suas histórias de vida, mas também a partir de discursos sociais, políticos e econômicos que informam suas práticas. O Estado neoliberal com sua agenda do sujeito empreendedor de si e ideias de sucesso pessoal tem demonstrado como a ideia de carinho pode ser perversa e rapidamente capturada pela lógica econômica e se fazer presente por meio do discurso médico e de produção de si.

Posto dessa maneira, o carinho enquanto ideia e emoção, mas também enquanto característica materna esperada, só pode ser compreendido e flexionado nas experiências. Isso nos explica a mãe carinhosa pode ser tão diversa ao longo dos espaços e das temporalidades, oscilando – como bem vimos nesse artigo – entre o carinho que é “fiscalidade” e o “tato”; que é “provimento”; que decorre da “exaustão” e se mistura com a “raiva”; que é “proteção” e que pode inclusive figurar como “violência”. Tornando-se – por vezes - a antítese do que a ideia que o carinho poderia *a priori* ensejar.

Dessa maneira, antes de ser uma emoção rígida, universal e biológica, um tanto idealizada, a ideia de carinho e de mãe carinhosa precisam ser compreendidas como práticas discursivas situadas, economicamente interessadas e politicamente produzidas. Daí sustentarmos existir ao seu redor uma verdadeira política-econômica das emoções...

7. BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Maria Isabel Mendes de Almeida (1987). *Maternidade. Um destino inevitável?* RJ: Editora Campus.
- Barros, Myriam Lins de. *Autoridade e Afeto* (1987). *Avós, filhos e netos na família brasileira*. RJ: Jorge Zahar Editor.
- Cardoso, Vânia (2012). "Marias: a individuação biográfica e o poder das estórias." In: Gonçalves, M.; Marques, R. e Cardoso, V (orgs.). *Etnobiografia, subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 43-62.
- Carneiro, Rosamaria Giatti Carneiro (2015). *Cenas de parto e políticas do corpo*. RJ: Editora Fiocruz.
- Chazan, Lilian K. (2007). "Meio quilo de gente": um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro: Fiocruz. DOI : <http://dx.doi.org/10.7476/9788575413388>
- Coelho, Maria Claudia e REZENDE, Claudia Barcellos (201). *Antropologia das Emoções*. RJ: FGV.
- Duarte, Luiz Fernando (1986). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. RJ: Jorge Zahar.
- Duarte, Luiz Fernando Dias (2011). Geração, fratria e gênero: um estudo de mandato transgeracional e subjetivação diferencial. In: *Trivium [online]*. vol.3, n.1 pp. 1-19.
- Dumont, Louis (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. RJ: Rooco.
- Federici, Silvia (2018). *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 388 p.
- Ferguson, James; GUPTA, Akhil (2002). Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnologist*, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 981–1002.
- Fernandes, Camila (2020). "Aí eu não aguentei e explodi". A expressão do "nervoso" feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela". In: *Etnografías Contemporâneas*, año 6, No 10, pp. 154-178.
- Fernandes, Camila (2018). "Mães nervosas": um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. In: Claudia Fonseca, Chantal Medaets e Fernanda Bittencourt Ribeiro. (Org.). *Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo*. 01ed.Porto Alegre: Sulina. p. 215-231.
- Fonseca, Claudia (1985). *Caminhos da adoção*. SP: Editora Cortez.

- Fonseca, Claudia (2002). "Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros". *Psicologia USP*. São Paulo. Vol. 13, n. 2, p. 49-68
- Fonseca, Claudia (2012). "Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciência e política em programas "alternativos" de educação para a primeira infância". In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola; MACHADO, Paula S (Org.). *Ciências na Vida: Antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, pp. 253-275.
- Foucault, Michel (1984). *História da Sexualidade 1. A vontade de saber*. SP: Graal.
- Foucault, Michel (2010). *Do nascimento da biopolítica*. SP: Martins Fontes.
- Fraser, N.; Sousa Filho, J. I. R (2020). De. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFERN)*, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2 jul.
- Gregori, Maria Filomena (1993). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas*. SP: Paz e Terra, 1993.
- Ferreira, Nubia Guedes (2020). *Maternidade compartilhada e crianças encarceradas: etnografando o dia de domingo em um presídio feminino*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- Han, Byung-Chull (2018). *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Kofes, Suely (2007). "Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites". *Cadernos Pagu, Campinas, SP*, n. 3, p. 117-141.
- Machado, Lia Zanotta (2002). "Famílias e Individualismo: Tendências Contemporâneas no Brasil". *Revista Interface*. Botucatu-SP, v. 5, n.8, p. 11-26.
- Machado, Maria das Dores Campos e Barros, Myriam Lins de (2009). "Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro". *Revista Estudos Feministas* [online]. 2009, v. 17, n. 2 [Acessado 13 Julho 2021], pp. 369-393.
- Manheim, Karl. (1993). "El problema de las generaciones" [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera], *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, pp. 193-242.
- Meyer, Dagmar (2005). "A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento". *Gênero, Niterói*, v. 6, n. 1, p. 81-104."
- Meyer, Dagmar; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia P. (2012). "Noções de família em políticas de "inclusão social" no Brasil contemporâneo". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 433-449, mai/ago.
- Nascimento, Pedro; Luncker, Amanda (2019). *Saúde, cuidado e vínculo familiar: Apontamentos iniciais sobre o Programa Criança Feliz em Rio Tinto/Paraíba, Nordeste*

do Brasil. Trabalho apresentado na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul. GT 11.

- Pulhez, Mariana Marques (2013). "Parem a violência obstétrica": a construção das noções de "violência" e "vítima" nas experiências de parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, p. 544-564.
- Rezende, Claudia Barcellos (2018). "Parto e sentidos da maternidade entre mulheres de camadas médias do Rio de Janeiro". In: *CONFERENCE PROCEEDINGS 18TH IUAES WORD CONGRESS*. Miriam Pillar Grossi, Simone Lira da Silva et al. (orgs.). Florianópolis: Tribo da Ilha.
- Rezende, Claudia Barcellos (2019). "Histórias de superação: parto, experiência e emoção". *Horizontes Antropológicos*, v. 25, n. 54, p. 203-225.
- Salem, Tania (2007). *O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*: RJ: FGV.
- Sarti, Cinthya (2001). *A família como Espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*. SP: Cortez.
- Tornquist, Carmen Susana (2002). "Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto". *Revista Estudos Feministas [online]*. 2002, v. 10, n. 2
- Walks, Michelle (2011). *An Anthropology of Mothering*. Canadá: Demeter Press.
- Woortman, Klass (1987). *Família de Mulheres*. SP: Tempo Brasileiro.